

FERNANDO CORREIA  
(org)



# ESTADO MÍNIMO ESCOLA MÍNIMA

1ª Edição 2014



UNIVERSIDADE da MADEIRA  
[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

**CIE-UMa**

Centro de Investigação em Educação  
[www.uma.pt/cie-uma](http://www.uma.pt/cie-uma)



FERNANDO CORREIA (Org.)

# **Estado Mínimo Escola Mínima**

**Título**

Estado Mínimo - Escola Mínima

**Organizador**

Fernando Correia

**Edição**

Centro de Investigação em Educação – CIE-UMa

**Design Gráfico**

Énio Freitas

**Impressão e Acabamento**

João Duarte, Unipessoal, Lda

**Tiragem**

200 Exemplares

**ISBN**

978-989-95857-5-1

**Depósito Legal**

XXXXXXXXXX

© CIE-UMa 2014

[www.uma.pt/cie-uma](http://www.uma.pt/cie-uma)

The logo for FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) consists of the letters 'FCT' in a bold, green, sans-serif font.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

PEst-OE/CED/UI4083/2014

### **Liliana Rodrigues**

Centro de Investigação em Educação (CIE-UMa)

Universidade da Madeira

[liliana@uma.pt](mailto:liliana@uma.pt) | [www.uma.pt/liliana](http://www.uma.pt/liliana)

A República é uma sociedade política que se assume como uma coisa pública: o Estado. A democracia, no Estado de Direito, é o exercício livre e crítico pela representação. Ou seja, o governo é eleito pelos seus cidadãos por uma duração limitada. Em geral, ao fim do mandato de um governo corresponde o fim de um projecto que se quer social. Nos últimos tempos ambos os conceitos desapareceram: projecto político e Estado Social.

E esta ausência de projecto político, no verdadeiro sentido que esta expressão tem: projectar, planear, lançar, progredir, desenvolver a pólis impede o começar constantemente a democracia. A democracia tem o seu sustento na liberdade e esta só é possível pela educação.

Assim, este artigo pretende mostrar que só o homem educado é livre e que a tarefa do educador é garantir o uso de uma liberdade razoável, segundo a perspectiva weiliana da educação. Acrescentamos a esta missão o dever da educação para a democracia e o papel do educador na assunção política do acto educativo.

### **Liberdade, Justiça e Educação**

Pensei sobre o que seria importante, para mim, partilhar convosco a propósito do Estado Mínimo, Escola Mínima. E só me ocorria falar de liberdade. Esta é uma íntima necessidade de quem se sente e ao seu país refém de políticas que nos atiram para a desesperança. De quem sente que *res publica*, a República de Cícero, perdeu um dos seus pilares: a voz do povo, a liberdade. Com isso também outro pilar caiu: o amor paternal dos soberanos, dos que nos governam. Daqui decorre a queda da Justiça. São estes os três pilares que sustentam a ideia de República: liberdade, soberania e justiça.

A República é uma sociedade política que se assume como uma coisa pública: o Estado. A democracia, no Estado de Direito, é o exercício livre e crítico pela representação. Ou seja, o governo é eleito pelos seus cidadãos por uma duração limitada. Em geral, ao fim do mandato de um governo corresponde o fim de um projecto que se quer social. Nos últimos tempos ambos os conceitos desapareceram: projecto político e Estado Social. Ora, não se pode fazer da política

um jogo que acaba antes que tivesse tido tempo para começar. E esta ausência de projecto político, no verdadeiro sentido que esta expressão tem: projectar, planear, lançar, progredir, desenvolver a pólis impede o começar constantemente a democracia. Provavelmente porque os governantes ainda não se aperceberam o que significa este começo. Ele é a liberdade. A liberdade do recomeço. “Recomeçamos. Não nos renderemos” (Gustaffson, L., 1992: p.133). Neste sentido, a liberdade não espera. Ela avança mesmo que os homens ainda não estejam politizados, no sentido mais amplo que esta palavra tem: intervenção na pólis, no Estado, no país, na região, no local. Na terra. Na sua terra. “Amas a terra és terra” (St. Agostinho, 1990). E quem não se sente terra da sua terra não deve chamar a si os destinos seja de uma região, seja de um país.

Ela, liberdade, adianta-se mesmo que a vida passe, mesmo que os governos passem. O desejo e o respeito pela liberdade foram substituídos, lentamente, pela actual comédia trágica governamental que ora faz, ora desfaz objectivos que, mais recentemente, se apelidam de “externos”. E somos escravos de um senhor que ninguém vê mas que todos sentem. É este o “mundo novo” onde, em silêncio, somos livres na escravidão. Vivemos uma altura em que o modelo espartano se esconde nas vestes da democracia ateniense. Mas até os guerreiros mais hábeis de Esparta serviram de entretenimento aos romanos.

Também é na democracia que se denota, ou deveria denotar o interesse geral de todos os cidadãos. Isto quer dizer que a possibilidade das ideias, das nossas ideias, não pode ser actualizada pelos simples facto de que não há disposição para a paciência e para o recomeço. Aí não há remédio que não se transforme em estratégia demagógica onde a educação política e a preconização da sedução pelo discurso prescrevem a indulgência. Não podemos ser Alcibiades, constantemente envolvido em intrigas, na vida política. Esta, a política, nada deve ao aliciamento. Ela traz em si a mais nobre das missões: servir a causa pública. Ser o exercício de uma moral viva que garanta o contínuo exame crítico aos valores que nos orientam como seres humanos.

Parece-me que a persistência das instituições do Estado, em conjunto com o declínio dos ideais políticos contemporâneos, atira para a causa/ coisa pública espíritos que lá não cabem. Espíritos que já não acreditam. Espíritos que já não mudam.

É, por isso, preciso formar os cidadãos para a reflexão política. As instituições de ensino devem ser o lugar de debates e de intervenções políticas e devem se assumir, também, como centros de formação política. Devem ser um lugar de debate, de divergência, de diálogo e de discussão, um lugar de acolhimento do outro, do diferente, da militância para com a democracia, para com a liberdade.

Acima de tudo, devem ser um lugar de abertura, de discussão e de diálogo e garantir uma porta, nunca fechada, a todos aqueles que desejam ser ouvidos.

Todas as vozes devem ser ouvidas. Todas, sem excepção. Todas as diferenças devem respeitadas e incluídas. Quem acredita na democracia, como modelo político, sabe que não é possível o consenso sem a divergência. Se o mundo falasse a uma só voz teríamos a ditadura das ideias. O mundo seria mais pobre e o próprio conceito de ideologia teria como base a miséria intelectual e a acção neutra. Isto é, a acção política seria desprovida de valores. Isto, por si só, contradiz a essência da política: o de ser uma acção valorativa, de combate à injustiça, de recusa da desigualdade e da unanimidade cega. Todos sabemos os custos de um espírito único. Sabemos também que, muitas vezes, e a história está cheia de exemplos, esse espírito escravizou em vez de emancipar. A emancipação crítica é a única que nos permitirá o alcance da tão desejada autonomia, aquela que de mais profunda temos em nós, esse direito de dizer “Não”. Isto é, também somos um poder.

“Sei que o mundo é mais forte que eu.  
 E para resistir ao seu poder  
 Só me tenho a mim.  
 O que já não é pouco.  
 Se o número não me esmagar, sou,  
 Também eu, um poder.” (Dagerman, S., 2000, pp. 30-31)

Há que combater a miséria e a desesperança. Essa decisão foi e será sempre uma escolha. E o que temos a combater?

Comecemos por fazer, nas palavras de António Barreto, um retrato de Portugal:

Quadro 1. “BI de Portugal”.

	1960	1981	2001	2011	2012
<b>População (milhares)</b>	8.865,0	9.851,3	10.362,7	10.557,6	10.514,8
<b>Idosos por cada 100 jovens</b>	27,3	45,4	101,6	125,8	129,4
<b>Famílias</b>	2.356.982	2.924.443	3.650.757	4.043.726	-
<b>Alojamentos familiares</b>	-	-	5.357.900	5.882.130	5.910.006
<b>Taxa de analfabetismo (%)</b>	-	18,6	9,0	5,2	-
<b>% população com ensino secundário</b>	-	-	11,7	16,8	17,8
<b>Taxa de desemprego (%)</b>	-	-	4,0	12,7	15,7
<b>Pensionistas da Seg. Social e CGA em % da população</b>	-	25,1	34,0	39,4	40,1
<b>PIB per capita (preços constantes 2006)</b>	3.133,3	8.157,1	14.973,0	15.202,7	14.748,4

Fonte: PorData + Censos 2011

Somos um país que, lentamente, envelheceu e temos 100 idosos para cada 129 jovens. Somos um país onde ainda há analfabetismo e onde pouco mais de

17% da população tem o ensino secundário completo. O mesmo país que tem, dentro da sua população, 40% de pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e que tem mais de 15% da população desempregada.

Também somos um país que interiorizou que é pequeno. Temos pouco mais de 10 milhões de habitantes. Mas atente-se à distribuição dos deputados europeus que no total, em 2014, perfazem 751 deputados.

Numa Europa a vinte e oito, União Europeia, Portugal ocupa o décimo primeiro lugar no que diz respeito ao número de habitantes, de representantes no Parlamento Europeu e faz parte desta união desde 1986.

Quadro 2. Estados-Membros da União Europeia.

País	População (milhões)	Deputados	Superfície km <sup>2</sup>	Adesão à UE
Alemanha	82	96	356 854	1952
França	64,3	74	550 000	1952
Reino Unido	61,7	73	244 820	1973
Itália	60	73	301 263	1952
Espanha	45,8	54	504 782	1986
Polónia	38,1	51	312 679	2004
Roménia	21,5	32	237 500	2007
Países Baixos	16,4	26	41 526	1952
Grécia	11,2	21	131 957	1981
Bélgica	10,7	21	30 528	1952
Portugal	10,6	21	92 072	1986
República Checa	10,5	21	78 866	2004
Hungria	10	21	93 000	2004
Suécia	9,2	20	449 964	1995
Áustria	8,3	18	83 870	1995
Bulgária	7,6	17	111 910	2007
Dinamarca	5,5	13	43 094	1973
República Eslovaca	5,4	13	48 845	2004
Finlândia	5,3	13	338 000	1995
Croácia	4,5	11	56 494	2013
Lituânia	3,3	11	65 000	2004
Irlanda	4,5	11	70 000	1973
Letónia	2,3	8	65 000	2004
Eslovénia	2	8	20 273	2004
Estónia	1,3	6	45 000	2004
Chipre	0,8	6	9 250	2004
Luxemburgo	0,5	6	2 586	1952
Malta	0,4	6	316	2004
Europa (a 28)	503,7	751	4 284 730	-----

Fonte: Parlamento Europeu in <http://www.elections2014.eu/pt/in-the-member-states>

No dia em que preparei este trabalho nasceram 166 crianças e morreram 201 pessoas. O balanço é francamente negativo. Onde a diferença do saldo migratório era de menos 83 casos. Nesse dia, às 17:00, Portugal gastou mais com a saúde do que a educação. Muito bem. Mas seria interessante saber quanto se gastou, nesse mesmo dia, com as parcerias público/ privadas.

Quadro 3. Nacimentos e óbitos.

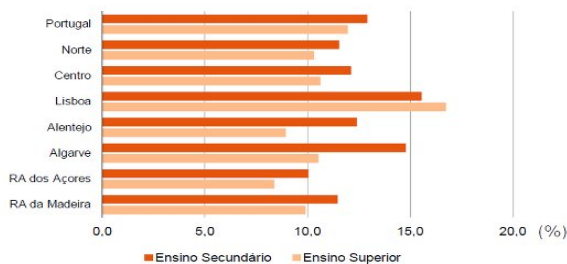
População portuguesa <i>Actual</i>	Nacimentos <i>Hoje</i>
10.478.744	166
Óbitos <i>Hoje</i>	Saldo migratório <i>Hoje</i>
201	-83
Despesa pública com educação <i>Hoje</i>	Despesa pública com saúde <i>Hoje</i>
14.677.310 €	18.312.648 €

Fonte: PorData

Neste “retrato de Portugal” apercebemo-nos que a qualificação dos cidadãos é pobre. Muito pobre no quadro europeu. Percebemos que o caso da Região Autónoma da Madeira (RAM) que não é muito diferente do resto do país. Pouco mais de 9% da população, na RAM, tem formação superior e apenas com cerca de mais 5 pontos percentuais tem ensino secundário. Numa terra que investiu milhões no betão descuidando do maior bem público que temos: a educação.

Quadro 4. Ensinos Secundário e Superior.

● Gráfico 1.4.3 População residente segundo o nível de ensino mais elevado e completo por NUTS II, em 2011



Fonte: Censos 2011

Em 2008 o Estado investia (porque recuso-me a usar a expressão “despesa”), *per capita*, 696 euros na Educação. Quatro anos depois o investimento era de 629 euros. São menos 67 euros em cada cidadão. Foi e é esta a resposta que este governo deu e continua a dar às graves lacunas na formação e qualificação dos portugueses.

Quadro 5. Despesas do Estado em educação per capita.

Anos	Despesas do Estado em educação per capita/ Euros
2008	696,0
2009	805,0
2010	809,5
2011	746,2
2012 (R)	629,8

Fontes/Entidades: DGO/MF, INE, PORDATA

Última actualização: 2014-01-09

Em relação à saúde houve mais investimento. Admitimos que sim olhando para os números. No entanto, o descontentamento nesta área é generalizado em todo o país. A falta de tudo, nos hospitais e nos centros de saúde, demonstra que este investimento não foi, com certeza, aplicado nos doentes.

Quadro 6. Despesas do Estado em saúde: execução orçamental per capita.

	Euros
Anos	Despesas do Estado em saúde per capita
2008	888,8
2012	(R)989,4

Fontes: INE-DGS/MS - Estatísticas dos Partos; Inquérito aos Hospitais e Inquérito aos Centros de Saúde; PorData

Última actualização: 2013-12-27

Estamos, de facto, a ficar mais velhos. Em 2008 tivemos 103 mil e quinhentos nascimentos. Em 2012, quatro anos depois, nasceram menos 17 mil e quinhentas crianças. Provavelmente, se olharmos para o quadro seguinte, perceberemos porquê: desemprego.

Quadro 7. Partos - total e em estabelecimentos de saúde.

Anos	PARTOS
	Total
2008	Pro 103.541
2012	Pro 88.969

Fontes: INE-DGS/MS - Estatísticas dos Partos; Inquérito aos Hospitais e Inquérito aos Centros de Saúde / PORDATA

Em 2008 a taxa total de desemprego era de 7,6%. Quatro anos depois sobe 8 pontos percentuais, para 15,6. Entre os jovens com menos de 25 anos sobe 21,2% e nos outros grupos etários, da população activa, temos, praticamente, a duplicação das taxas de desemprego. Estes recordes de desemprego em Portugal, com o vivo conselho do 1º ministro à emigração<sup>11</sup>, levaram à duplicação da emigração permanente.

Quadro 8. Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%).

Taxa - %

Anos	Grupos etários			
	Total	<25	25-54	55-64
2008	7,6	16,5	7,3	6,6
2012	15,6	37,7	14,8	12,8

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego/ PORDATA

Última actualização: 2013-06-17

«“Na Madeira, em 2012, 65% dos desempregados já o eram há mais de 12 meses”. Isto significa que a maior taxa de desemprego de longa duração situa-se numa que é, agora, das zonas mais pobres do país. Pode-se ler no Diário de Notícias da Madeira, a 17 de Fevereiro de 2014:

“A Madeira tem a mais elevada taxa de desemprego de longa duração do (pessoas que se encontram sem emprego há mais de 12 meses) do país. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que no ano passado, a taxa de desemprego de longa duração na Madeira fixou-se nos 12,8%. A taxa média nacional foi de 10,1%, enquanto que em Portugal continental o valor foi de 10% e nos Açores uma taxa média de 10,6%.

<sup>11</sup> In [http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content\\_id=2999901&page=-1](http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2999901&page=-1)

Os dados do INE demonstram que já em 2012, a taxa de desemprego de longa duração foi de 11,4% na Região (8,4% em Portugal Continental e nos Açores), e o mesmo acontecera em 2011, quando a taxa regional fixou-se nos 8,8% (6,7% em Portugal continental e 5,8% nos Açores). Em dois anos apenas a taxa regional de desemprego de longa duração aumentou em 4%.

De acordo com o Anuário Estatístico de 2012, recentemente disponibilizado pelo INE, “nesse ano proporção de trabalhadores/as desempregados/as há mais de um ano registou um novo máximo em 2012, depois da atenuação observada em 2011, “fixando-se em 54,2%, o que corresponde aproximadamente 466 mil indivíduos”. Porém, se a análise for feita por região do país, é possível verificar que, além da proporção de desempregados de longa duração na Madeira ser, em 2012, mais alta do que a proporção média ao nível nacional, é mesmo a mais elevada do país, atingindo os 65% nesse ano (ainda não está disponível o valor relativo a 2013)».

Quadro 9. Taxa de desemprego - médias anuais.



Fonte: DN-Madeira/ Relatório “As Pessoas”, INE<sup>12</sup>

A Madeira também tem a taxa mais alta de desemprego da União Europeia, segundo o Anuário Estatístico de 2012: “Nos últimos três anos, a taxa média anual de desemprego na Madeira tem se mantido acima da taxa média nacional e até mesmo da taxa média registada na União Europeia. Até 2010, a taxa de desemprego na Região ficou sempre abaixo dos valores registados no todo nacional ou ao nível europeu (como se pode verificar no quadro publicado ao lado), mas a partir de 2011 com o aumento substancial dos números do desemprego na Madeira e Porto Santo, (de uma taxa anual de 7,4% em 2010 para os 13,8% no ano seguinte), nunca mais os valores conseguiram baixar.”

<sup>12</sup>[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=212612095&PUBLICACOESstema=55445&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=212612095&PUBLICACOESstema=55445&PUBLICACOESmodo=2)

Com o desemprego temos emigração, miséria e abandono escolar. Em 2011, Pedro Mota Soares, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, mostrava-se preocupado com os números da pobreza avançados pelo Eurostat que apontavam 2,6 milhões de portugueses em risco de pobreza e de exclusão social. Estamos a falar de 24,4% da população portuguesa<sup>13</sup>. Na Madeira, com chamada dupla austeridade, Plano de Ajustamento Económico e Financeiro assinado em 2011 entre o Governo da República e o Governo Regional da Madeira, acentuaram-se os níveis de dificuldades económicas dos madeirenses lançando cerca de 25% da população para a “fome, desemprego e solidão”<sup>14</sup>. “A pobreza está a atingir um nível nunca visto na RAM e já está a chegar à classe média. Esta conclusão resulta do número crescente de famílias, nalguns casos em desespero, que pedem ajuda às Instituições de Solidariedade Social”<sup>15</sup>. Com vinte mil desempregados em 2013, é caso para relembrar o estudo do ISCTE que, em 2005, alertava para 83 mil pobres e um grau de risco de pobreza monetária na ordem dos 34%. Na altura por ocasião de uma visita à região, a 1ª Dama de Portugal, Maria Cavaco Silva, falava do “sol lindo” da Madeira e, sobre o estudo, comentou o seguinte: «(...) honestamente não acredito nisso. Não li o relatório, nem vou lê-lo! A (...) pobreza na Madeira "não tem significado".<sup>16</sup>»

Juntamos a isto outros dados, nomeadamente a morte por suicídio que, no caso português, foi a terceira taxa que mais cresceu nos últimos 15 anos. Os dados constam do OSPI-Europe<sup>17</sup> e revelam que anualmente em Portugal suicidam-se cerca de duas mil pessoas (5 suicídios por dia) e na Europa são cerca de 60 mil pessoas que anualmente morrem por suicídio<sup>18</sup>. De referir que, Segundo a Aliança Europeia Contra a Depressão, Portugal é o país com o maior índice de de depressões da Europa e o segundo maior do mundo<sup>19</sup>. A Madeira, em 2012, era indicada, segundo o organismo acima referido, como a região onde mais se verificavam suicídios<sup>20</sup>.

Não serve, não basta e não é útil a recusa destes dados. Também não serve a vontade de fazer de conta. Temos de garantir políticas de inclusão daqueles que mais sofrem com a crise despoletada em 2008. Para isso temos de poder contar

---

<sup>13</sup> [http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content\\_id=2924221&page=-1](http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2924221&page=-1)

<sup>14</sup> [http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalhe.aspx?fid=25&did=54215](http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=54215)

<sup>15</sup> <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=534982&layout=122&tm=8&visual=61>

<sup>16</sup> [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=998008&page=2](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998008&page=2)

<sup>17</sup> <http://www.ospi-europe.com/en/9378.php>

<sup>18</sup> <http://expresso.sapo.pt/mais-de-cinco-portugueses-suicidam-se-todos-os-dias=f793449>

<sup>19</sup> [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2027915&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2027915&page=-1)

<sup>20</sup> <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/343598-madeira-e-a-regiao-do-pais-onde-se-verificam-mais-suicidios>

com todos, cá dentro, e o caso da emigração portuguesa assume proporções também preocupantes:

Quadro 10. Emigrantes permanentes: total e por grupo etário.

Anos	Grupos etários												
	Total	<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65+
2008	20.357	3.588	1.251	4.393	5.377	3.124	1.512	868	237	7	0	0	0
2012	1.958	2.843	4.378	10.563	11.022	7.184	5.383	3.753	3.505	1.579	990	248	510

Fontes: INE - Estimativas Anuais de Emigração/ PORDATA

Última actualização: 2013-06-19

Olhe-se para este quadro e façamos uma reflexão sobre a saída dos portugueses deste país num espaço de quatro anos. O total mostra-nos que emigraram o dobro dos portugueses em 2012 se tivermos 2008 como referência. Não são apenas os jovens e os menos jovens a emigrarem. Cidadãos com mais de 65 anos desistiram de viver em Portugal.

Claro que podemos argumentar que em 2008 era o início da crise e 2012 o seu auge. Mas também teremos que admitir que nenhum país abandona os seus filhos. Nenhum país incita à emigração, à miséria e ao desespero. Nenhum país convida os seus quadros superiores, um investimento de uma nação, a procurarem a sorte fora da família, fora de Portugal. Nenhum país diz aos jovens e aos seus idosos que não há lugar para eles. Nenhum governo corta até retalhar totalmente as empresas e o serviço público. Nenhum país e nenhuma família recusa a protecção dos seus.

“Num país onde não se sonha, emigrar é natural”<sup>21</sup>.

João Peixoto, sociólogo, do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, num trabalho europeu sobre as migrações realizado, através de inquérito, que em Portugal esteve disponível no Jornal O Público e em várias redes sociais entre 20 de Maio e 15 de Agosto de 2013, refere que “51,9% das 3322 pessoas que responderam ao que acabou por ser um “inquérito à emigração qualificada portuguesa” digam ter saído por “não ver futuro” para si em Portugal. Muitos invocam má inserção no mercado laboral: 20,6% estavam desempregados, 27,9% empregados sem vislumbre de progressão, 19,2% empregados com salário baixo.” Dos respondentes 87,7% tinham formação superior e desses 39,1% tinham mestrado e 9,4% um doutoramento. O mesmo investigador fala de uma séria “fuga de cérebros de Portugal.”

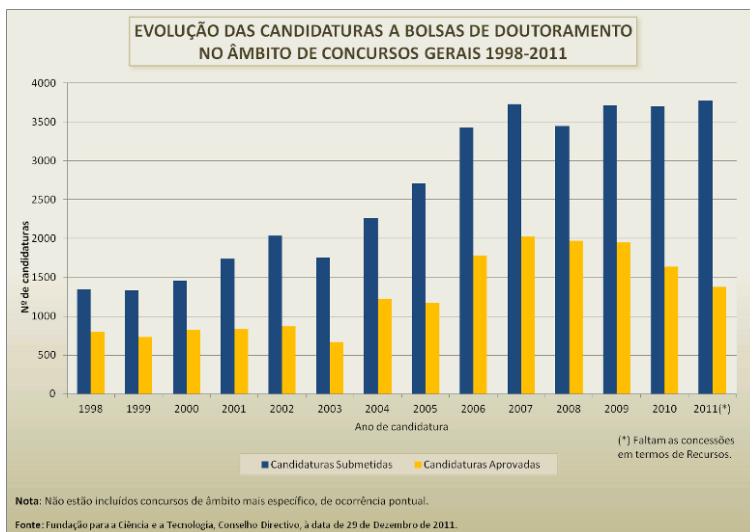
<sup>21</sup> <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/num-pais-onde-nao-se-sonha-emigrar-e-natural-1617870#/0>

Posição diferente tem o economista Sérgio Rebelo pois “acredita que a emigração de pessoas altamente qualificadas é “um bom investimento” para Portugal porque liga o país a outros mercados”<sup>22</sup>.

Com alguma dificuldade me revejo nesta posição pois o investimento de um país, neste caso na qualificação superior dos seus quadros que no 1º ciclo têm um custo de cerca de quarto mil euros é oferecido a custo zero a outro país e por força de más políticas de integração profissional de jovens qualificados. Vale a pena ler o artigo “Indignados estão a partir” escrito por Emmanuel Faure no PressEurop<sup>23</sup>, onde se diz: “Os que se tornaram obsoletos na Europa – engenheiros, arquitetos, operários da construção civil – são recebidos de braços abertos em África e na América do Sul.”

É também visível o desinvestimento no financiamento da ciência em Portugal. No caso das bolsas de doutoramento, em 2011, mais de metade das candidaturas não foram aprovadas. Das mais de 1500 candidaturas, pouco mais de de 600 foram aprovadas em 2011.

Quadro 11. Evolução das candidaturas a bolsas PhD.



Fonte: FCT

<sup>22</sup> <http://expresso.sapo.pt/emigracao-qualificada-e-bom-investimento-para-portugal-sergio-rebelo=f790132>

<sup>23</sup> <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/1832871-indignados-estao-partir>

Não é difícil perceber, a partir dos diversos dados já expostos, que Portugal não é o lugar mais feliz, neste momento, para se viver. O Estado Social ruiu e com a anuência explícita de um governo sem ideias e sem imaginação. Este é um país onde as escolas matam a fome das crianças<sup>24</sup>, um país onde a Escola tem uma nova urgência: garantir que os seus alunos têm pelo menos uma refeição quente<sup>25</sup>.

A falta de investimento, de sentido e o desespero tomaram proporções nunca vistas no país e na região. Isto significa que as políticas estão erradas e que mudá-las depende da intervenção de cada um de nós. E nenhum cidadão deve se furtar às suas responsabilidades cívicas. O quadro seguinte mostra o tipo de cidadania participativa que temos na região, no país e na Europa.

Quadro 12. Participação eleitoral.

Tipo de eleição	Abstenção %
Assembleia da República	41,9
Assembleia Legislativa da RAM	42,6
Autarquias Locais	47,4
Parlamento Europeu	63,2
Presidência da República	53,3

Fonte: PorData

Isto significa que o instrumento mais fundamental da democracia, o voto, é declinado pelos cidadãos. Isto significa que a abstenção é a convivência com estas políticas que estrangulam a Europa, o país, as famílias e os cidadãos enquanto indivíduos lançando-os numa vida de incerteza.

Este é o tempo de dizermos basta. De dizermos “Não”. É o tempo em que o local deve fazer a diferença. Por isso mesmo, parece-me elementar que o poder local se compreenda como fundamental naquilo que será essencial nos próximos meses: a mudança das políticas europeias. Curiosamente, na mitologia grega, Europa, uma princesa Fenícia de uma beleza invulgar, foi raptada por Zeus que a levou para Creta de onde nasceram as pólis gregas e de uma delas a primeira democracia do mundo. Se hoje somos Europa, o velho continente do humanismo e da cultura, devemos à Grécia tão ostracizada nos últimos tempos.

É nossa obrigação resgatar os pilares do Estado Social mostrando que os seus actuais alicerces levantam-se “desagregados, e que o seu edifício ergue-se torto e

<sup>24</sup> <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/ensino/escolas-matam-fome>

<sup>25</sup> [http://rr.sapo.pt/informacao\\_prog\\_detalhe.aspx?fid=167&did=87953](http://rr.sapo.pt/informacao_prog_detalhe.aspx?fid=167&did=87953)

inseguro” pois a “sua base é argilosa” (Nietzsche, 1979: p.122). Este é o tempo de compreendermos que somos seres datados e situados. E as nossas visões, inclusive esta, sofrem as marcas da nossa história, dos nossos interesses, das nossas ideias e dos nossos sentimentos. Somos arquitectos da realidade. Somos instrumentos de mudança. E esta mudança só é possível com o diálogo e com tolerância.

A intolerância é, muitas vezes, uma extensão invisível do corpo. A neutralização do diferente, da crítica reflexiva e do consenso argumentado é a morte da democracia. O mundo é o lugar do discurso político. Também é o lugar das consequências desse discurso. E quem, tal como Cronos, mata os seus filhos não é digno de governar ninguém.

Na realidade do mundo, *a nossa realidade*, os problemas internacionais, nacionais e locais continuarão a existir. A resolução (ou não) e a discussão de tais problemas são solucionados em função de determinações tomadas por cada um dos interessados. Mas, “este mundo não é só o dos Estados históricos; é também o da sociedade moderna, mundial por seu princípio e em princípio” (Weil, E., 1990: p.200).

Por isso mesmo o papel do educador é fundamental na criação de uma sociedade mais justa, mais equitativa e livre. E, também por isso mesmo, o educador não pode, ou antes, não deve deixar de medir as consequências dos seus actos, pois as próprias máximas têm as suas implicações no nosso mundo. Não basta a reflexão das máximas, não é suficiente reflectir sobre o Bem, ou sobre o Mal, não basta um pensamento que quer transformar o mundo para se tornar um ser moralmente razoável e livre. É urgente a decisão pela acção real neste mundo, para se deixar de ser um ser que vive de *intenções*.

A liberdade é liberdade no e pelo pensamento na categoria do Absoluto. Isto é, o homem é um ser pensante e pelo pensamento ele é livre e satisfeito. É no mundo, no seu mundo, que o homem encontra a sua liberdade e o seu pensamento. Mas, é também neste mundo que o indivíduo está sujeito à violência. A superação da violência, da negação da liberdade, pode ser concebida pela compreensão e aí o sofrimento será forçosamente parte do homem, com o qual ele aprende a se apaziguar. O que é importante que se compreenda é que a liberdade, enquanto exigência universal não é apenas a liberdade de homens livres *pensada* pelo filósofo-educador. Ser livre *em pensamento* é uma tarefa fácil. O que é premente é que a liberdade seja real.

É porque o homem ainda não encontrou a liberdade que a noção de dever se torna importante. O dever é o dever da procura da felicidade, é o dever de ser feliz. Mas o dever ser feliz é também o dever para com o (s) outro (s). Aliás, a felicidade de cada um só tem sentido com os outros. Podemos afirmar que a procura da felicidade é a procura do sentido.

Pela acção moral encontramos o universal, mas ela não realiza esse universal na sua totalidade. A acção moral remete para a acção política. É a política que concebe as condições que possibilitam a procura da felicidade. A felicidade é o fim do homem. É este o sentido da vida do homem *neste* mundo. O sentido da existência não é dado como uma busca que se deixa ficar no plano teórico. Isto é, o sentido da vida, a saber, a felicidade, é possibilitado pela acção, pela acção que se reconhece como dever não só da felicidade individual, mas da felicidade com e para os outros. É a procura de "(...) uma vida una e de acordo com ela própria (...)" (WEIL, E., 1981: p. 106).

Pela reflexão a consciência aspira à realização da acção. Esta, precisamente por se situar *fora deste mundo*, vê-se reduzida à intenção. A intenção no entanto, transfigura-se em acção, em moral de acção, pela noção de dever.

A realidade viva (se é que podemos falar de *outra* realidade) opõe-se às pretensões daqueles que acreditam em categorias não imediatas. O voto de confiança a essas categorias não é suficiente para a realização disso que elas propõem. Eles não vivem *isso mesmo* que pensam, isto é, pensam categorias não imediatas e vivem de acordo com a imediatez. É, como observou Kirkegaard, viver poeticamente. A *condição* humana é a oposição a esta compreensão poética. Isto não quer dizer que viver e compreender poeticamente seja uma forma de compreensão desleal, significa sim que o indivíduo não executa o sentido disso mesmo em que acredita.

"A procura de uma acção no mundo (...)" (WEIL, E., idem, op.cit.: p. 396) nasceu porque a consciência de si e para si (formal) se reconheceu como vazia de conteúdo. Mais, a consciência sabe que é a acção que dá sentido à vida do indivíduo. O homem da acção procura sempre um fim na realidade, que é também o fim da sua própria existência, a saber, a felicidade. "O homem não espera encontrar um fim na realidade, mas encontrar um fim sobre a realidade" ( Idem, op. cit.: p. 397). É o desejo de ser feliz que lança o homem na busca da felicidade prometida ao homem.

O homem da reflexão - o educador - compreende a acção como a actualização do discurso coerente, da liberdade tal como ela é pensada no Absoluto. O Absoluto é a presença de verdade no discurso. Convém salientar que a Verdade é o que está presente em qualquer discurso e como tal não corresponde a nada, isto é, ela é a categoria mais indeterminada.

O educador enquanto cidadão, tem o direito moral de *falar*, de pela palavra expressar-se em favor de um sistema mais justo, mais próximo e conforme com o princípio da universalidade. O Educador, enquanto homem que saiu do vivido para o pensado e que no regresso ao vivido transformou o seu ponto de vista, emudece e procura agir como se um direito positivo (sobre o qual ele reflectiu) mais justo e verdadeiro moralmente, fosse já uma realidade. Ele sofre com a injustiça e não se

aproveita dela. É aquele que faz do discurso uma arma, que quando censurado por uma lei positiva se vê impedido de lutar. Ele encontra na positividade do direito a coisificação do homem na história.

O que nunca se permitirá, em Educação, é o assentimento a uma ordem que torne o educador sujeito de uma acção oposta à realização de verdadeiro universal. Alguns optaram pelo sacrifício da sua vida a tal atitude<sup>26</sup>.

“(…) talvez penseis, Atenienses, que fui condenado por não ter recorrido àqueles discursos que vos podia ter persuadido, se eu achasse que me era lícito fazer e dizer tudo para escapar a uma condenação. Grande engano! Se fui condenado, não foi por falta de discursos, mas de audácia e impudência, foi por não ter usado aquela linguagem que gostaríeis de ouvir, por não ter chorado, gemido, feito e dito aquelas coisas indignas de mim (...). Mas entendi que não devia, por causa do perigo, proceder de maneira indigna de um homem livre e, por isso, não me arrependo da defesa que apresentei.

Prefiro morrer depois de semelhante apologia a viver por um preço desses! Nem no tribunal nem na guerra é lícito a alguém (...) recorrer a todos os meios para escapar à morte” (Platão, 1972: p. 102).

O silêncio terá o seu lugar se for necessário mas, a mentira não habita na alma dos que amam o conhecimento seja qual for o caso. A mentira apenas subtrai o bem no mundo histórico. Bem que se caracteriza no mundo do discurso universal, do diálogo razoável entre os indivíduos que respeitam e confiam na razão humana. A reconciliação do homem com o seu mundo faz com que aqueles que *pensam*, vejam o homem como que abandonado no mundo. Eles não negam a racionalidade da realidade, eles simplesmente a recusam. É aqui que a acção se transfigura em Revolução. Ela é o reapossar-se deste mundo pela acção dos homens e é a “negação do seu sentimento de liberdade e de dignidade” (CANIVEZ, P., 1989:, p. 19).

A acção é o conteúdo e a realização da Educação, ela é a realização do discurso coerente, é a coincidência da liberdade e da realidade. Mas a acção não produz a liberdade, ela age sobre condições que negam a liberdade. A acção consciente é consciente porque existe a necessidade de impor uma consciência e uma vontade ao “mecanismo cego do trabalho social” (idem, ibidem). Esta imposição parte de uma minoria que age no mundo. Através do homem da reflexão compreendemos que este é o tempo da acção e que a Acção passa pelos homens que agem para então ser acção sobre as massas.

---

<sup>26</sup> Sócrates, filósofo ateniense (469 – 399 a.C)

O que se postula pela Acção é um sentido, um sentido “presente em toda a parte na comunidade, passe do inconsciente do descontentamento para a consciência da vontade política” (idem, op. cit.: p. 20). É pela condição do indivíduo que nasce o desejo, senão exigência, de liberdade e este é um sentimento moral de uma vontade livre. O desejo de liberdade não é mais do que a exigência universal de valor e dignidade. Pelo conceito de *Justiça Social* a acção compreende-se de igual modo como uma exigência universal.

A Liberdade exige de nós a Acção. Uma Acção que não se furta ao conflito quando o diálogo já não é possível. E esta reflexão deve e tem que ser feita nas instituições de ensino. É dever de todos e de cada um de nós perceber que a Educação mínima não se resume a falta de investimento. O problema é muito maior: é a não assunção da liberdade que há em nós e a não percepção que só o homem educado pode ser livre. Este é o tempo da Resistência (GADOTTI, M., 1985). É o lugar da parcialidade. É o momento da escolha.

Não há maiores beneficiários do Estado que não sejam os defensores das políticas de centro-direita: a banca é o melhor exemplo disso (Judt, T. 2010). E os que defendem os serviços públicos são os que menos Estado têm tido presente: a Educação, a saúde, os pensionistas e os trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostinho, ST. (1990). Confissões. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa. 12ª ed.
- Canivez, P. (1989). A Revolução, o Estado e a Discussão in Revista Síntese, n.º 46. S.Paulo: Nova Fase
- Dagerman, S. (2000). A Nossa Necessidade de Consolo é impossível de Satisfazer. Lisboa: Fenda. 4ª ed.
- Gadotti, M.(1985). Educação e Poder – Introdução à Pedagogia do Conflito. S. Paulo: Cortez Ed.
- Gustafsson, L. (1992). A Morte de um Apicultor. Porto: Ed. ASA
- Judt, T. (2010). Uma grande ilusão – um ensaio sobre a Europa. Lisboa. Ed. 70
- Nietzsche, F. (1979). O Futuro das Instituições de Ensino. Lisboa: Via Ed.
- Orwell, G. (1991). 1984. Lisboa: Ed. Antígona
- Platão. (1972). Apologia de Sócrates. Lisboa: Ed. Verbo
- Weil, E. (1981). Philosophie Morale. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. 3ª ed.
- Weil, E. (1990). Filosofia Política. S. Paulo: Ed. Loyola